EMPATE DOS POVOS DA AMAZÔNIA



EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL E DE DIREITOS

Defender a Amazônia e as conquistas dos povos das águas, da floresta, do campo e da cidade é uma necessidade urgente e exige a unidade de ação das diversas organizações que atuam na região. Inspirados no exemplo da luta de Chico Mendes (que liderava mobilizações de enfrentamento conhecidas como EMPATES, para defender os territórios dos

povos da floresta e impedir a sua derrubada pelos invasores), os movimentos sociais, organizações populares e ativistas convocam o EMPATE DOS POVOS DA AMAZÔNIA. Queremos denunciar, nacional e internacionalmente, as ameaças que os povos e o meio ambiente estão sofrendo e propor uma agenda de ações e políticas públicas para a região.

1. AMAZÔNIA SOB ATAQUE

A partir do golpe parlamentar de 2016, e principalmente após a posse do governo Bolsonaro, os povos da Amazônia vêm sofrendo constantes ataques aos seus direitos e conquistas históricas. O Governo Temer extinguiu os Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Agrário, aprovou uma Reforma Trabalhista que fragilizou a classe trabalhadora nas relações com os empregadores, implantou o congelamento de gastos com educação e saúde por 20 anos e reduziu o orçamento das Instituições de Ensino Superior, dentre outras maldades contra o povo e a favor do mercado financeiro nacional e internacional que tiveram forte impacto para a socioeconomia amazônica.

O Governo Bolsonaro aprofundou a política de retrocessos. Já nos primeiros meses, o novo governo avançou contra as conquistas dos povos indígenas, transferiu a FUNAI do Ministério da Justiça para o Ministério da

Cidadania; passou a regularização das terras indígenas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, tem ameaçado entregar os territórios dos povos originários e quilombolas (e suas riquezas naturais) para a exploração predatória e concentradora de renda, extinguiu as seções climáticas dos Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura, limitou o patrocínio de estatais às atividades culturais, impôs severos cortes orçamentários às Instituições de Ensino Superior, Institutos Tecnológicos e à agências científicas (como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e está propondo uma Reforma da Previdência que, além de destruir o sonho de uma aposentadoria digna para trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, vai impactar negativamente no comércio e na economia dos municípios da região amazônica.

2. UNIDADE NA DEFESA DOS POVOS DA AMAZÔNIA E DO MEIO AMBIENTE

O EMPATE ocorrerá através das seguintes ações:

l. Ações de massa realizadas simultaneamente nos nove estados da Amazônia Legal, onde faremos denúncias e apresentaremos uma pauta de reivindicações e propostas de políticas de desenvolvimento para os estados e para a Amazônia.

II. No segundo momento, realizaremos o EMPATE

em Brasília, com a presença de representações dos povos e comunidades da Amazônia, de movimentos sociais e organizações populares dos estados, onde serão feitas denúncias e apresentada uma agenda de desenvolvimento e políticas públicas para a imprensa nacional e internacional, Congresso Nacional, Poder Judiciário e Governo Federal.

3. AGENDA DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA

Paralelo à mobilização do **EMPATE**, estamos construindo coletivamente a pauta unificada que os movimentos e organizações apresentarão. Como subsídio de partida, seguem algumas propostas:



- **3.1** Queremos que o Congresso Nacional rejeite na íntegra a PEC 06/2019, apresentada pelo poder executivo, e mantenha os segurados e seguradas do Regime de Previdência Social e Assistencial nas condições estabelecidas pela Constituição de 1988 e nas demais leis do Regime de Previdência. Da mesma forma, defendemos a rejeição da MP 871 que, dentre outras medidas, retira das organizações sindicais a função de cadastrar e declarar a condição de segurado especial na solicitação de aposentadoria;
- **3.2** Queremos a garantia de permanência dos povos tradicionais em seus territórios e de uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas, quilombolas, populações tradicionais e agricultores familiares, exigindo a paralisação imediata dos ataques de depredação nas Unidades de Conservação e Assentamentos de Reforma Agrária;
- 3.3 Queremos uma política externa altiva em defesa da soberania brasileira. Somos contra a venda de terras e dos ativos naturais da Amazônia ao capital internacional. Exigimos que o Congresso Nacional rejeite qualquer acordo que autorize a utilização ou ocupação de qualquer parte do território nacional (em especial na Amazônia) por forças estrangeiras e contra a entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Defendemos que o Congresso Nacional não autorize a participação do Brasil em qualquer guerra ou agressão a autodeterminação dos povos de outros países;

3.4 NA EDUCAÇÃO, QUEREMOS:

- A) Imediata revogação da PEC 95, conhecida como a PEC do congelamento de gastos;
- B) Reposição dos orçamentos das Instituições de Ensino Superior, Institutos Tecnológicos e agências científicas, afetados pelos recentes cortes do governo federal;
- C) Liberação de novos códigos de vagas, em especial para as instituições de ensino superior e institutos tecnológicos em consolidação e expansão;
- D) Garantia das bolsas permanência;
- El Estruturação do Sistema Modular de Ensino e Sistema Modular Indígena;
- F) Garantia de recursos para Educação do Campo e reconhecimento e financiamento para a Pedagogia da Alternância;



3.5 NA SAÚDE, QUEREMOS:

- A) Manutenção da SESAI e das atuais políticas de saúde indígena;
- B) Imediata contratação e deslocamento de médicos para o preenchimento das vagas deixadas pelos médicos cubanos;
- **C)** Implantação e interiorização de cursos da área de saúde, especialmente de medicina, nas universidades federais e estaduais para a formação de novos profissionais;
- D) Ampliação das unidades de saúde fluvial na Amazônia.

3.6 NA INFRAESTRUTURA, QUEREMOS:

A) Manutenção do programa Luz para Todos e o atendimento das demandas de energia elétrica rural das populações da Amazônia, com a utilização da capacidade de geração já instalada para atendimento das áreas com acesso e de modalidades alternativas para as localidades isoladas;

- **B)** Suspensão de qualquer obra de ferrovias ou portos enquanto não for concluído o asfaltamento das BRs 319, 163 e 230;
- C) Criação, pelos governos federal e estaduais, de Programa de Apoio à Trafegabilidade Rural nas estradas, ramais, vicinais, furos e igarapés, utilizados para o escoamento da produção familiar, mobilidade das pessoas e acesso aos serviços públicos;
- D) Criação de plano de apoio a infraestrutura das cidades amazônicas, já que a região Amazônica apresenta os maiores índices de crescimento urbano, com características singulares e sob aspectos diferenciados por conta da ocupação incrivelmente rápida e desordenada de suas cidades;
- El Revogação da MP 868/2018, que privatiza o sistema de saneamento público brasileiro;
- F) Retomada do programa Minha Casa Minha Vida, com a conclusão das obras paralisadas e garantia de recursos para contratação de novos empreendimentos na região.



3.7 COMO POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SÓCIOECONOMIA AMAZÔNICA, PROPOMOS:

- A) Criação da política de apoio ao Transporte Aéreo Regional, com o estabelecimento de subsídios de passagens aéreas para o deslocamento regional e ampliação, regularização e interiorização de aeroportos e aeródromos;
- B) Financiamento, por meio do PRONAF, das demandas dos segmentos das populações originárias, tradicionais, pescadores artesanais e da Agricultura Familiar, com foco na agroindustrialização e cooperativismo;
- C) Demarcação já dos territórios indígenas e regularização dos territórios quilombolas, assentamentos da reforma agrária e propriedades da Agricultura Familiar localizados nas áreas de colonização e terras públicas da

Amazônia e nas áreas urbanas;

- D) Criação de uma política de apoio à produção de alimentos saudáveis;
- El Criação de uma política de ordenamento pesqueiro, com participação efetiva da pesca artesanal, garantindo os territórios pesqueiros na região e o fim do desmonte da estrutura da pesca artesanal no país;
- F) Criação de um programa de incentivo à instalação de polos industriais de produção de medicamentos e fitoterápicos com os produtos da biodiversidade amazônica;
- 6) Garantia do pleno funcionamento do PDRS Xingu, retomando a modalidade de gestão com participação paritária da sociedade civil nas câmaras técnicas e no comitê gestor. Conclusão das condicionantes de Belo Monte, com início imediato das obras não executadas e retomada das ações paralisadas;
- H) Fim da restrição de patrocínio de estatais às atividades culturais e o estabelecimento de uma política de incentivo à economia cultural e turística na Amazônia. Fortalecimento da política cultural nos estados e municípios, considerando a economia da cultura como um potencial gerador de trabalho e renda nas comunidades, vilas e cidades;
- I) Ampliação do investimento no turismo, aproveitando a potencialidade natural da Amazônia para o setor de maneira ecologicamente sustentável;
- J Manter e ampliar as políticas públicas para a população LGBT e de combate à LGBT fobia;
- K) Manutenção da competitividade fiscal para a Zona Franca de Manaus como forma de desenvolvimento da região e preservação da floresta amazônica;
- L) Garantia do acesso à justiça para as populações interioranas amazônidas, com maior presença das instituições do Estado em suas localidades;
- M) Compensação imediata dos estados pela perda de arrecadação com a Lei Kandir;



A) NÃO QUEREMOS a instalação de novas barragens nos rios da Amazônia, já que fontes alternativas de geração de energia se demonstram viáveis do ponto de vista econômico e ambiental;

B) NÃO QUEREMOS novas barragens de rejeitos e propomos uma moratória de instalação de quaisquer barragens que representem ameaça à segurança às populações e ao meio ambiente;

C) NÃO QUEREMOS o pacote do veneno de 2019. Exigimos a revogação imediata de todas as autorizações de agrotóxicos que agridem a saúde e o meio ambiente e a rejeição dos projetos de lei que admitem qualquer grau de risco aceitável em relação às características teratogênicas (que possa ocasionar má formação embrionária), carcinogênicas (que

favorece o desenvolvimento de carcinomas ou câncer no organismo) ou mutagênicas (que pode ocasionar mutação ou dano a molécula do DNA) de agrotóxicos. Rejeição da prescrição de receita agronômica preventiva e de diminuição das atribuições do IBAMA e da ANVISA no processo de licenciamento. Proibição de aplicação de venenos no entorno de vilas e comunidades;

D) NÃO QUEREMOS a flexibilização das leis ambientais e a perda de função e diminuição da capacidade de operação dos órgãos de regulação e controle para o favorecimento da exploração predatória e concentradora de renda;

E) NÃO QUEREMOS a construção de portos, transbordos e armazenamento de commodities nas áreas urbanas das cidades amazônicas.

5. A IMPORTÂNCIA DE UM EMPATE EM DEFESA DA AMAZÔNIA

Defender a Amazônia é uma tarefa urgente! A Amazônia contém um quinto da água doce da Terra, é a maior floresta tropical contínua do planeta, possui 98% das terras indígenas e 77% das unidades de conservação do Brasil e mais de 20 milhões de pessoas vivem em 770 cidades, 357 comunidades remanescentes de quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu e nos assentamentos da reforma agrária. A cobiça das potências estrangeiras e do agronegócio, impulsionadas pelo governo Bolsonaro, é motivada justamente pela importância estratégica e pelas riquezas que a Amazônia possui: sua posição geopolítica, seu imenso território (61% do Brasil), sua extraordinária planície mineral e biodiversidade de sua floresta representam um imensa oportunidade de, a partir da implantação de uma exploração predatória de seus recursos, gerar negócios e acúmulo de capital para esses setores.

Ressalta-se que a luta dos povos amazônicos não se expressa apenas na defesa do meio ambiente, na sua interioridade e nas questões ribeirinhas e do campo, contempla também uma realidade urbana ainda pouco assistida pelas políticas públicas. As cidades amazônicas apresentam condições de vida precária; conflitos fundiários urbanos; baixo nível de saneamento; altos

índices de violência; transporte coletivo caótico; projetos inadequados de mobilidade urbana, quantidade significativa de moradias em áreas de risco, além de outras deficiências. Apesar de ter a menor densidade populacional, a região Norte do Brasil possui a maior média de moradores por domicílio, cerca de quatro pessoas por moradia. A taxa de crescimento populacional da região norte foi a maior entre as cinco regiões do país na última década, conforme aponta o Censo 2010. De acordo com o IBGE mais de 73,5% da população regional, em 2010, era urbana. Esse cenário é um dos grandes desafios da região norte.

O futuro e o desenvolvimento do Brasil dependem do acesso aos territórios e da gestão dos bens da natureza, que são fundamentais para regular o clima; produzir água; manter solos férteis para a agricultura; reduzir o risco de desastres naturais, dentre tantos outros serviços. O EMPATE DOS POVOS DA AMAZÔNIA é a luta pela garantia do uso sustentável dos nossos bens naturais, de manutenção dos territórios indígenas, quilombolas, populações tradicionais, agricultores familiares e populações urbanas e de construirmos uma solução política que valorize a defesa da biodiversidade com bem viver das pessoas que vivem aqui. É a luta pelo usufruto coletivo dos bens comuns e por justiça ecológica e social!

ASSINAM ESTE MANIFESTO

CONTAG / FETAGS / STTRS
CONTRAF - BRASIL / FETRAFS / SINTRAFS
MST - MOVIMENTO DOS SEM TERRA
APIB - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL
CNS - CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
UNE / UEES / DCES

UBES / UMESS / GRÊMIOS
CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ABL - ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS
CONAQ - COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS
CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISIONÁRIO
AMB - ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS